

PAULO FREIRE E ARQUEOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA DA ABORDAGEM DA DIVERSIDADE CULTURAL EM CONTEXTOS ESCOLARES

Solange Nunes de Oliveira Schiavetto
Doutorado em História Cultural, IFCH/Unicamp
Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais
Poços de Caldas-MG, Brasil
E-mail: solange.schiavetto@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-2080-8280

Adonias Santos Bernardes
Pedagogo pela Universidade do Estado de Minas Gerais.
Pesquisador do grupo de estudos Núcleo de Estudos
e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação-UEMG.
Poços de Caldas-MG, Brasil.
E-mail: adoniasbernardes8@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-5485-5974

Thaís Ronsini de Carvalho
Especialista em Cultura e História dos Povos Indígenas pela UFJF/Juiz de Fora.
professora de História da rede estadual de Minas Gerais.
Poços de Caldas-MG, Brasil.
E-mail: thais_ronsini@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8134-925X

RESUMO:

O artigo traz reflexões sobre as contribuições de Paulo Freire para a promoção de um conhecimento arqueológico sobre a diversidade cultural construído com o público escolar. Apresentamos as principais atividades desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Ações Educativas do Projeto Arqueologia e Educação: questões de diversidade no Ensino Fundamental I”, realizado no ano de 2018. Este projeto nasceu de atividades de pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, UEMG/Poços de Caldas, e teve como intuito oficializar as ações educativas realizadas em escolas desde 2012. Tais ações tiveram como fio condutor os dizeres da lei 11.645/08, com enfoque baseado nos pressupostos da Arqueologia Pública, e buscaram levar à educação escolar diferentes abordagens sobre diversidade cultural e patrimônio arqueológico. O projeto apresentou como resultados uma ampliação do debate sobre a diversidade cultural na educação com os discentes do curso de Pedagogia e professores da rede pública municipal, assim como a reafirmou a busca pela desconstrução de estereótipos acerca das identidades afro-brasileiras e indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia Pública; Diversidade Cultural; Paulo Freire; Lei 11.645/08, Povos Originários.

Artigo recebido em: 05/07/2021
Artigo aceito em: 27/09/2021



ABSTRACT

The article reflects on Paulo Freire's contributions to the promotion of archaeological knowledge about cultural diversity built with the school public. We present the main activities developed under the extension project "Educational Actions of the Archeology and Education Project: diversity issues in Elementary School I", carried out in 2018. This project was born from the researchers' activities from the Center for Studies and Research in Memory, Culture and Education of the State University of Minas Gerais, UEMG/Poços de Caldas, and aimed to make the educational activities carried out in schools since 2012. Such actions were guided by the provisions of law 11.645/08, with a focus based on the assumptions of Public Archeology, and sought to bring different approaches to cultural diversity and archaeological heritage to school education. The project presented as results an expansion of the debate on cultural diversity in education with Pedagogy students and public-school teachers, as well as reaffirming the search for the deconstruction of stereotypes about Afro-Brazilian and indigenous identities.

KEYWORDS: Public Archeology; Cultural Diversity; Paulo Freire; Law 11645/08; Original Peoples.

RESUMEN

El artículo reflexiona sobre las contribuciones de Paulo Freire a la promoción del conocimiento arqueológico sobre la diversidad cultural construido con el público escolar. Presentamos las principales actividades desarrolladas en el marco del proyecto de extensión "Acciones Educativas del Proyecto Arqueología y Educación: temas de diversidad en la Escuela Primaria I", realizado en 2018. Este proyecto nació de las actividades de investigadores del Centro de Estudios e Investigaciones en Memoria, Cultura y Educación de la Universidad Estadual de Minas Gerais, UEMG / Poços de Caldas, y tuvo como objetivo oficializar las actividades educativas que se realizan en las escuelas desde el año 2012. Dichas acciones se guiaron por lo dispuesto en la ley 11645/08, con un enfoque basado en los supuestos de la Arqueología Pública, y buscaron acercar diferentes enfoques a la diversidad cultural y el patrimonio arqueológico a la educación escolar.

El proyecto presentó como resultado una ampliación del debate sobre la diversidad cultural en la educación con estudiantes del curso de Pedagogía y profesores de la red escolar del municipio, además de reafirmar la búsqueda de la deconstrucción de estereotipos sobre las identidades afrobrasileñas e indígenas.

PALABRAS CLAVE: Arqueología Pública; Diversidad Cultural; Paulo Freire; Ley 11645/08; Pueblos Originarios.



INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo relacionar a discussão arqueológica com a educação freiriana, abordando a Arqueologia Pública como vertente para um olhar sobre a diversidade cultural. Ainda, buscamos apontar caminhos possíveis, apresentando o desenvolvimento do projeto de extensão “Ações Educativas do Projeto Arqueologia e Educação: questões de diversidade no Ensino Fundamental I” de 2018, que apresenta as contribuições das práticas pedagógicas aliadas à Arqueologia para um olhar crítico para as identidades do passado. Buscamos com isso salientar a importância do olhar crítico sobre a realidade, percebida aqui como uma ferramenta para a prática reflexiva.

O primeiro momento apresenta as reflexões da prática freiriana em relação à diversidade cultural. Para tanto, lançamos mão de uma reflexão dos pensamentos de Paulo Freire e autores que possibilitam uma discussão entre as ideias do patrono da educação brasileira e o conceito de diversidade cultural na prática escolar. Desta maneira, utilizamos como base para essa discussão (FREIRE, 1978, 1989, 2001, 2012; GADOTTI, 1992; PEROZA, 2012) a reflexão de Freire e as contribuições para as práticas educativas tendo como foco a diversidade cultural.

Ao desenvolvermos tal proposta, aprofundamos a reflexão no campo arqueológico, principalmente numa vertente que permite o diálogo com as ideias de Freire ao abordar a diversidade cultural, que é a Arqueologia Pública como proposta democrática para instigar a prática reflexiva no espaço escolar. Desta maneira fazemos uso de uma bibliografia que apresenta tal área e sua relação com a educação, direcionando nosso discurso para a compreensão da prática do arqueólogo como uma prática com o público (BEZERRA, 2011, 2013, 2020; CHIZOTTI, 2000; CARVALHO e FUNARI, 2009; FUNARI, 2005, 2013, LIMA et al, 2021).

A partir do que construímos nas etapas anteriores passamos à apresentação do projeto de extensão como caminho possível da relação entre Arqueologia e educação. Apresentamos as ações feitas no projeto e relacionamos tal prática com a proposta de Freire em estimular na educação o espaço crítico de formação e o olhar reflexivo para a realidade do educando. Neste momento, além das reflexões freirianas, trazemos as produções dos autores do projeto e outros trabalhos do grupo de Arqueologia (FREIRE, 1989, 2015; FERMIANO e SANTOS, 2014; RAMIRO et al, 2018; SCHIAVETTO et al, 2018, 2019, 2021).

O artigo está dividido em três partes. Discutimos a diversidade cultural sob a ótica de Paulo Freire, a Arqueologia Pública e sua importância para a valorização do patrimônio material relacionando com a lei 11.645/08 e, por fim, as ações educativas desenvolvidas ao longo de 2018 em escolas de Ensino Fundamental I. Assim, podemos finalizar o nosso artigo apontando para um diálogo patrimonial em Paulo Freire e a importância de seu pensamento na formação crítica.



1) A IMPORTÂNCIA DE UMA ABORDAGEM FREIRIANA PARA SE PENSAR DIVERSIDADE CULTURAL

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1989, p. 9). A frase é curta, ainda que nela encontremos um dos vários exemplos do grande peso que a cultura tem para o pensamento político-pedagógico do filósofo e educador Paulo Freire (1921-1997). Apesar de não ter abordado de forma explícita em suas obras o conceito de diversidade cultural, nos registros de sua história e pensamento se observa a valorização dos diferentes contextos culturais para a realização da prática educativa verdadeiramente democrática.

Ler o mundo implica não somente observar o entorno em que se está inserido. Tanto o mundo quanto a palavra devem ser lidos de forma contextualizada, uma leitura que ocorre dentro das vivências, das realidades individuais, valorizando a diversidade sociocultural. Para Freire, isto é primordial para o processo de alfabetização, que deve partir do universo do alfabetizando, de suas demandas e desejos. As codificações são apresentadas como representações da realidade e a decodificação dessas representações resulta da percepção do que é a prática, o trabalho humano e sua cultura.

O conhecimento possui um caráter histórico, é uma produção social, oriunda do trabalho humano, e por isso, cultural. É na relação com o outro que o ser humano produz, “se aprimora e se aprofunda com a existência humana” (FREIRE, 2001, p. 8). A prática educativa democrática, em contrapartida da manipulação e do espontaneísmo apontados pelo educador, demanda a compreensão do contexto cultural dos sujeitos, já que é nesse contexto que ocorrem as afirmações dos valores da vida humana. Para Freire, para que a prática educativa ocorra, é necessária a análise contextualizada dentro da cultura e do momento histórico e

[...] Por isso, afirma insistentemente que a eficácia de uma prática educativa coerente precisava esforçar-se para desvelar a semântica e a sintaxe da cultura das classes populares com as quais se encontra (PEROZA, 2012, p. 5).

Reconhecer a cultura é o ponto de partida para se conhecer a realidade de um povo. É conhecendo e reconhecendo culturas que se torna possível observar os fenômenos de resistência e ressignificações que o povo dá a um determinado contexto histórico, suas visões sobre o mundo que o cerca. Em uma prática educativa democrática, da perspectiva freiriana, a educação não se sobrepõe à cultura de onde esta prática está ocorrendo.

Em seus relatos dos trabalhos realizados em outros países como Guiné Bissau (FREIRE, 1978) e São Tomé e Príncipe (FREIRE, 1989), Paulo Freire aponta a importância da cultura nos processos de reconstrução nacional e educacional pelos quais ambos passaram. Toda a



participação, que o educador ressalta como não-neutra, aponta a ideia da participação ativa de todos os envolvidos nesse processo de reconstrução e do reconhecimento da realidade que se deseja transformar. Quanto mais presente o povo está em sua história, e não meramente representado, mais ele tem consciência das dificuldades socioculturais e econômicas para seu processo de libertação. A compreensão do papel da cultura e da identidade cultural, que não rejeite de forma ingênua a contribuição de outras culturas, é fundamental nesse processo.

Se a cultura é toda e qualquer atividade humana, seu trabalho, produção social, seu conhecimento, ao falar de diversidade cultural estamos apontando para as diferentes manifestações e pluralidades identitárias que compõem as sociedades. A heterogeneidade está presente nos mesmos espaços tidos comumente como espaços homogêneos. Aqui, compreende-se também pluralidade a partir dos diálogos culturais, vivos e dinâmicos e não como existências isoladas no mesmo espaço e tempo. Freire ressalta que não estamos sozinhos no mundo e reconhecer isto implica na compreensão de que há uma multiplicidade de discursos que devem ser ouvidos (FREIRE, 1989).

Dessa forma, na escola, enquanto espaço multicultural, se torna latente a observação dos mais diversos hábitos, modos de ver e se posicionar no mundo, crenças e linguagens. O ser humano deve ser considerado na sua totalidade e com suas diferentes características. Diante disto, não há como pensar a prática político-pedagógica de Paulo Freire sem considerar os sujeitos, os contextos e as culturas envolvidas.

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local, como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada. Autonomia da escola não significa isolamento, fechamento numa cultura particular. Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo (GADOTTI, 1992, p. 23).

Ao pensarmos o projeto político-pedagógico de Paulo Freire tendo como base os diversos elementos da cultura, ela não é só produto, mas também produtora, já que a partir do contato e do reconhecimento da diversidade produz o ser humano. Se toda cultura é produto e produtora da humanidade, as ideias hierárquicas de cultura como “superiores” ou “inferiores” são infundadas. Como ressalta Freire:

O índio não optou por pescar flechando. O seu estágio cultural e econômico, social etc. é esse, o que não significa que ele não saiba, que não possa saber de coisas que se dera fora desse estágio cultural. Então eu acho que o meu respeito da identidade cultural do outro exige de mim que eu não pretenda impor ao outro uma



forma de ser de minha cultura, que tem outros cursos, mas também o meu respeito não me impõe negar ao outro o que a curiosidade do outro e o que ele quer saber mais daquilo que sua cultura propõe (FREIRE, 2005, p. 83 *apud* PEROZA, 2012, p.13-14).

Ao considerarmos a perspectiva de que a cultura é síntese contextualizada da ação humana (PEROZA, 2012) e que a escola é o espaço de diálogos ativos e democráticos diante da diversidade cultural, o Projeto de Extensão “Ações Educativas do Projeto Arqueologia e Educação: questões de diversidade no Ensino Fundamental I” tem como condutor de suas práticas as diretrizes da lei 11.645/08 que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Pensá-lo à luz da proposta político-pedagógica de Paulo Freire abre caminho para a construção de ações que valorizem a transculturalidade¹ na perspectiva de que o contato com as histórias e culturas indígenas não seja apenas na percepção de suas heranças materiais ou linguísticas ou do simples contato com uma cultura diferenciada, mas sejam ações que promovam encontros significativos e partilha entre culturas diferentes.

Sabemos que a Arqueologia, como qualquer outra ciência que propõe estudar o fenômeno humano, tem um histórico que não deve ser negligenciado. É importante compreender que a visão sobre as relações entre cultura material e identidade se modificaram no decorrer do tempo, de acordo com o olhar que as ciências humanas e sociais, de forma geral, lançavam para o mundo social em diferentes contextos vivenciados pelos seres humanos na história. A discussão acerca da diversidade cultural na proposta freiriana e as ações realizadas pelo projeto supracitado estabelecem relações com uma vertente teórica da Arqueologia que vem ganhando espaço dentro dos debates das Ciências Humanas e Sociais, a Arqueologia Pública, que será abordada no próximo tópico.

2) ARQUEOLOGIA PÚBLICA, DIVERSIDADE CULTURAL E POVOS INDÍGENAS

Ao falarmos de uma ciência arqueológica afinada às ideias de Paulo Freire sobre diversidade cultural, trazendo as reflexões realizadas no tópico anterior, inevitavelmente traçamos uma relação deste importante personagem da educação brasileira com os movimentos realizados por uma vertente específica da Arqueologia, a Arqueologia Pública. Chamamos atenção, ainda, para o seu

¹ De acordo com o Dicionário Crítico de Política Cultural (COELHO, 1997), a partir da leitura de Canclini (1989), transculturalidade pode ser definida como uma relação entre “culturas [...] constituem-se na interseção de diferentes espacialidades e temporalidades que encontram num dado território um ponto de coexistência sincrônica. Resultam da justaposição e da interação entre diferentes modos culturais [...] que convergem para a formação de um modelo híbrido e não de um patrimônio estável e sempre idêntico a si mesmo” (p.357).



modelo Democrático (HOLTORF, 2007 *apud* CARVALHO; FUNARI, 2009), pois é neste modelo que podemos pensar em uma ciência próxima do público geral, produzindo conhecimentos sobre o passado que façam sentido para os mais diferentes setores da sociedade.

A Arqueologia Pública é considerada um contraponto às abordagens arqueológicas que vigoraram até os anos 70 do século passado e que eram, de forma geral, vertentes muito afinadas à preocupação com a neutralidade da ciência. Tais vertentes promoveram uma fissura entre o investigador da Arqueologia e a sociedade e impediram a percepção de que ela poderia produzir discursos valorizando diversas vozes. Disto resultou uma preocupação muito focada em reproduções fiéis dos eventos do passado. Muito mais descritivas, tais reproduções não viam a leitura crítica desses eventos como uma possibilidade. Na maioria dos casos, em Arqueologia as culturas eram definidas até a segunda metade do século passado como estáticas e monolíticas.

Com o advento de novas percepções no estudo da cultura material o olhar para o passado tornou-se diverso. Dentre esses novos movimentos estão as diferentes vias da Arqueologia Pós-Processual e, dentro dela, o modelo Democrático da Arqueologia Pública busca promover uma construção de conhecimento a várias mãos. Para esses cientistas, o saber sobre o passado é uma via de mão dupla, o que o torna incerto e, por isso mesmo, rico, engajado e imbuído de sentidos (CARVALHO; FUNARI, 2009). Há várias possibilidades de se olhar para a cultura material, e tais possibilidades não são excludentes. Elas dão ao passado o direito à complexidade, não o encarando como um reflexo de informações exatas extraídas da cultura material, pois, na maioria das vezes, as informações pretensamente exatas excluem o diverso e não criam um elo entre as pessoas do presente e o material arqueológico.

A Arqueologia brasileira, embora tenha aderido às abordagens que buscavam neutralidade, sobretudo em um momento conturbado da história do país (FUNARI, 2013), sempre foi cenário bastante profícuo para uma abordagem plural e democrática do patrimônio arqueológico. É sabido que em amplo território nacional são encontrados vestígios dos mais diversos. Esses vestígios podem ser traduzidos em edificações e objetos ligados à cultura ocidental ou objetos representantes de culturas dos povos originários, que remontam a história de longa duração da ocupação de nosso território, e da relação destes com os europeus colonizadores e com os africanos escravizados, que representam uma época de avanço do colonizador europeu para diversas partes do território brasileiro.

Desta forma, conhecer e valorizar o patrimônio arqueológico de um país com proporções continentais torna-se tarefa árdua, um verdadeiro desafio para aqueles que se propõem a elaborar discursos sobre estes passados de uma perspectiva inclusiva. No entanto, podemos questionar: há espaço na Arqueologia para múltiplas visões, inclusive de um público “não iniciado” nas



metodologias científicas, e ainda assim haver a construção de um conhecimento válido? A resposta da Arqueologia Pública é “sim!”, acrescentando-se que esta parceria entre arqueólogo e público leigo não é só válida, mas necessária, se quisermos pensar em uma Arqueologia construída “com” o público, e não somente “para” ele. Porém, esta parceria pode se dar de múltiplas formas, dependendo do contexto onde é realizada.

Um exemplo de desdobramentos de trabalhos de Arqueologia Pública é o que vem sendo recentemente realizado na Arqueologia Amazônica (BEZERRA, 2011, 2013, 2020; LIMA et al 2021). Bezerra (2011, 2013, 2020) e Lima *et al* (2021) propõem uma abordagem que leve em consideração o caráter plural e contextual da relação das pessoas com o material arqueológico, valorizando múltiplas possibilidades de pensar as relações entre passado e presente. O objetivo, no contexto amazônico é criar possibilidades de gestão colaborativa do patrimônio arqueológico, repensando as vias de mão única que geralmente são vistas em interpretações mais tradicionais do passado.

Embora o projeto em pauta neste artigo seja realizado em contexto diferente, com público alvo também diferenciado, podemos dizer que a colaboração que as pesquisas amazônicas buscam entre visões científicas e públicos leigos também é perseguida nas ações educativas do projeto de Arqueologia na escola, realizado em 2018, cuja descrição de seus principais desdobramentos está no próximo tópico deste artigo. As ações partiram dos questionamentos de estudantes, por meio da caixa do saber, atividade também descrita no próximo tópico, e de suas professoras, por meio de um formulário de sondagem sobre a discussão da diversidade cultural e sua prática docente. Todas as ações que foram realizadas durante o projeto partiram deste momento prévio, que foi a sondagem, a fim de construirmos conjuntamente um conhecimento significativo e válido para o público alvo escolar.

É sabido que a Arqueologia Pública no seu modelo Democrático tem como foco um conhecimento sobre o passado que seja problematizado no presente, não dado como fato, como verdade sobre o que aconteceu. Isto torna possível ver o passado como uma miríade de dados, que serão processados e organizados com as visões que temos no presente. Desta forma, a patrimonialização do material arqueológico deve ser realizada com a consciência de que os discursos sobre este passado são construídos e utilizados por diversos grupos sociais.

Ao falarmos de patrimônio histórico e cultural brasileiro, por exemplo, sabemos que na maioria dos casos, as pessoas têm um sentimento de alienação (FUNARI, 2001), pois muitas vezes acreditam que o patrimônio a ser valorizado não é aquele que faz parte da construção de suas identidades. Neste contexto, o papel da Arqueologia Pública torna-se muito importante, visto que ao trazer a possibilidade de um discurso sobre o passado construído a várias mãos, de forma democrática, valoriza a diversidade de culturas que construíram a história do Brasil. O arqueólogo



pisa o chão desses diferentes contextos, e isto significa que a construção do conhecimento não pode ser realizada apenas com os métodos científicos que ele lança mão. O olhar crítico dos brasileiros para o seu passado liberta do estado de alienação, evidenciando as complexas tramas que envolvem a construção dos discursos sobre as culturas do passado.

Em seus diversos momentos, a Arqueologia Brasileira teve como um de seus temas centrais a materialidade produzida por povos indígenas. No que toca à cultura material desses grupos, é possível observar nos estudos arqueológicos brasileiros as mais diversas abordagens, desde pesquisas quantitativas/descritivas, com o advento do PRONAPA², e posteriormente, com as configurações nacionais da Arqueologia Processual³, até abordagens mais qualitativas, com os trabalhos preocupados em estabelecer relações entre passado e presente, considerando que os dados arqueológicos são passíveis de múltiplas interpretações. A contribuição de todas essas pesquisas para o estado atual do conhecimento arqueológico sobre os indígenas é inegável. Até mesmo as abordagens mais quantitativas e pretensamente neutras sobre a cultura material indígena avolumaram um conhecimento que é muito importante para ações focadas em reivindicações atuais.

Essas reivindicações ganham corpo em vários movimentos sociais, sejam eles voltados para questões territoriais ou outros temas que giram em torno da temática indígena no Brasil. Quando se trata de reivindicações de grupos marginalizados as discussões tornam-se muito complexas e as contribuições da Arqueologia podem auxiliar com pesquisas voltadas para questões identitárias, e ainda podem somar aos esforços de levar os assuntos polêmicos ao grande público. Nesta tarefa, entra o importante papel da Arqueologia Pública e sua atuação com diferentes públicos. As relações entre Arqueologia e educação tornam-se, aqui, muito mais estreitas e necessárias.

É neste contexto da abordagem do patrimônio arqueológico na educação escolar que entra em cena o cuidadoso olhar à diversidade cultural, motivado pela leitura de obras freirianas e pela prática a partir da visão de Paulo Freire. A via encontrada por muitos profissionais da arqueologia preocupados com as questões referentes aos povos indígenas é a da abordagem da lei federal 11.645/08, que trata da obrigatoriedade da abordagem do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio (BRASIL, 2008). A partir daqui nossa proposta será fazer uma apresentação de um projeto de extensão que procurou valorizar a

²O PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) foi um programa patrocinado pelo Smithsonian Institution de Washington e por instituições brasileiras. Ele vigorou entre 1965 e 1971, realizando levantamentos e escavações arqueológicas em diversas partes do Brasil (FUNARI; GONZÁLEZ, 2008).

³Movimento surgido na década de 1960, nos Estados Unidos, também chamado de *New Archaeology*. Ressalta que há regularidades no comportamento humano, buscando suas leis transculturais (FUNARI, 2005).



diversidade cultural, ligar passado e presente e, o mais importante em nossa discussão, ligar sua prática teórica aos ensinamentos freirianos.

3) A PRÁTICA REFLEXIVA COMO PROPOSTA NO PROJETO DE EXTENSÃO “AÇÕES EDUCATIVAS DO PROJETO ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO: QUESTÕES DE DIVERSIDADE NO ENSINO FUNDAMENTAL I”

No projeto “Ações Educativas do Projeto Arqueologia e Educação: questões de diversidade no ensino fundamental I” podemos perceber o diálogo entre a arqueologia e a educação, com enfoque à diversidade cultural. Tal proposta está ligada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação (NEP), grupo de pesquisa ligado à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na Unidade de Poços de Caldas, onde há o curso de Pedagogia.

O NEP foi criado em 2008 e teve como norte reunir pesquisadores de diferentes áreas, com investigações voltadas para a diversidade cultural nas práticas inseridas na educação formal e não-formal. Esse grupo acumula uma extensa produção na área de projetos com foco na diversidade cultural. Sua atuação ampla permite a divulgação de tais projetos em eventos, congressos e publicações com exposição das pesquisas e ações do grupo (SCHIAVETTO; *et al*, 2021).

É a partir das ações do Núcleo de Estudos com as atividades do curso de Pedagogia que surge a proposta de trabalhar Arqueologia e educação dentro dos espaços escolares. As reflexões presentes no curso possibilitaram a elaboração do projeto. Os diálogos que a disciplina de Antropologia, presente no curso de Pedagogia, propõe nos estimulam a refletir sobre a diversidade cultural, e fomentam a elaboração de projetos de pesquisa e extensão, como este que agora apresentamos. Neste sentido é importante salientar que

[...] falar sobre a Antropologia e suas contribuições para as mais diversas áreas do conhecimento pressupõe um exercício de reflexão sobre o quanto a humanidade ganha ao pensar sobre si mesma, desde as peculiaridades dos agrupamentos humanos até as especificidades dos indivíduos, levando em consideração os seus aspectos biológicos e culturais (SCHIAVETTO, *et al*; 2019).

Vale destacar que tal proposta possibilita uma reflexão crítica da atuação dos futuros pedagogos. Desta maneira os pesquisadores envolvidos em sua idealização ressaltam que “o projeto ainda possui um braço extensionista ao preparar os alunos do curso de Pedagogia para ações educativas em escolas públicas e outros espaços públicos de Poços de Caldas e região” (SCHIAVETTO *et al*; 2018).

Neste caminho de reflexões antropológicas sobre conceitos tais como cultura é que as discussões da Arqueologia surgem e caminham para o diálogo com a educação, temas que são aprofundados a partir de uma série de discussões. O NEP permitiu gerar projetos com ações



reflexivas sobre a prática educativa em relação à diversidade cultural, centrando foco em questões indígenas e afro-brasileiras.

Em 2018, o projeto de Extensão “Ações Educativas do Projeto Arqueologia e Educação: questões de diversidade no ensino fundamental I” trouxe em sua proposta refletir sobre as temáticas arqueológicas na educação e buscou levar para o ambiente escolar uma reflexão crítica sobre a diversidade cultural e as múltiplas identidades presentes na construção histórica do contexto dos sujeitos envolvidos.

Como o próprio nome do projeto nos apresenta, este é resultado das pesquisas e ações do Projeto “Arqueologia e Educação”, desenvolvido desde 2011 e que tem como objetivo gerar discussões sobre Arqueologia, visando em sua metodologia estudos relacionados à educação patrimonial e às identidades do passado (SCHIAVETTO *et al*; 2018). Tendo tal proposta como fio condutor, o projeto de extensão, foi contemplado no edital de extensão PAEX 01/2018, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e desenvolvido por pesquisadores do Grupo de Arqueologia e educação pertencentes ao NEP.

Ressaltamos que o objetivo do projeto não foi o de apresentar uma verdade fechada, mas abrir a possibilidade para que aqueles que se propõem a participar desta discussão possam abertura as possibilidades de diálogos. Houve o interesse por viabilizar a possibilidade de questionarmos a identidade dominante, e criar caminhos para que culturas menosprezadas no discurso do colonizador possam ser vistas e dialogadas na educação. Outro ponto importante do projeto foi o incentivo à investigação da cultura destes povos existentes no passado e no presente como formadores também das identidades brasileiras, e assim das identidades do cotidiano de cada educando.

Os proponentes do projeto em discussão elaboraram um cronograma de trabalho com alunos e professores do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola pública municipal de Poços de Caldas. O projeto contou com uma equipe formada por uma professora orientadora, dois alunos bolsistas e alunos voluntários que participaram de todo o processo de construção e desenvolvimento de suas etapas. A proposta foi levar a discussão arqueológica para dentro da escola, dando ênfase assim nas questões identitárias, com foco nas identidades indígenas e afro-brasileiras a partir da condução de duas frentes de trabalho em seu desenvolvimento.

A primeira, voltada para o professor, levando em consideração a necessidade do olhar crítico para ensinar, sendo esta a oportunidade para que as docentes pudessem refletir sobre as temáticas propostas. Neste momento, além de discussões iniciais sobre história e cultura indígena, os professores conheceram a oficina da técnica indígena da confecção de cerâmica, utilizando a



técnica do acordelado, apresentada num primeiro momento para as docentes que levariam tal dinâmica para suas turmas.

A segunda frente focou-se nos alunos que, com a mediação das professoras regentes de sala, tiveram a oportunidade de aprofundar nas discussões levantadas. Essa etapa do projeto teve como iniciativa o fomento da discussão das pesquisas feitas pelo grupo de estudo junto à escola, desenvolvendo estudos em relação à abordagem das diferentes identidades culturais presentes no material didático utilizado naquele ano pelas turmas abrangidas pelo projeto.

O trabalho com os alunos buscou analisar o conhecimento prévio das turmas em relação às temáticas, estimulando-os a revelar ao grupo de pesquisadores suas dúvidas e questionamentos, através de uma dinâmica chamada “Caixa do Saber”. Esta é uma ferramenta utilizada na metodologia do projeto, e por meio dela conseguimos acessar o grupo de forma mais profunda. Consiste em uma caixa disponibilizada aos alunos para que escrevam suas questões relacionadas às temáticas a serem abordadas. Muitas vezes eles apresentam dúvidas que poderiam ser sanadas pelo grupo, mas que não são apresentadas no momento das apresentações por timidez ou por outros fatores. Em uma aula com seus professores, os estudantes elaboraram questões e estas serviram de base para a equipe preparar a conversa sobre as principais temáticas abordadas pelo projeto (Arqueologia brasileira, questões indígenas, diversidade cultural). Após este momento de coleta, os pesquisadores partiram para o trabalho de apresentação do diálogo proposto, permitindo assim que fossem trabalhados estereótipos e preconceitos, possibilitando o aprofundamento da discussão.

As atividades também geraram constante diálogo entre os integrantes do grupo de pesquisadores dentro da universidade, pois o processo de construção do conhecimento do projeto de extensão foi além das atividades nas escolas. A dinâmica do grupo dentro da universidade focou na discussão sobre Arqueologia e educação, buscando relacionar teoria e prática no que toca aos temas que estavam em discussão.

Tal processo permitiu um olhar crítico para a realidade e a formação dos bolsistas, do orientador, voluntários do grupo e participantes do projeto. É nessa perspectiva que há o compromisso com uma constante reflexão da teoria e prática, incentivando uma desconstrução do olhar cristalizado que permeia muitas vezes tal formação, “[...] por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática.” (FREIRE, 2015, p.40).

O resultado gerado pelo projeto é visível tanto nos alunos e professores da escola foco das atividades, quanto nos pesquisadores, que enquanto educadores em formação partilham da tomada de consciência em relação à importância de se conhecer a diversidade cultural presente no universo



educacional. Alcançamos a proposta de levar as discussões arqueológicas para a prática docente, e permitimos que o discente pudesse conhecer e buscar o conhecimento histórico da construção de sua identidade cultural.

Ressaltamos também que outro resultado que perseguimos foi a desconstrução de pensamentos cristalizados presentes na prática educativa em relação às identidades indígenas e afro-brasileiras. Sua proposta de construir diálogos que abordem a diversidade cultural possibilitou que essas identidades culturais também fossem conhecidas e pensadas, e assim permitiu uma melhor relação crítica dos sujeitos com o passado. Tais resultados ficam claros nos apontamentos de alguns integrantes:

Além de um evidente resultado positivo na formação crítica dos alunos de Pedagogia, as atividades foram realizadas em diversos espaços fora da Universidade, o que possibilitou levar discussões sobre identidades do passado para diversos públicos (RAMIRO, *et al*; 2018).

Ao apresentarmos tal projeto buscamos demonstrar os caminhos possíveis em que Arqueologia e educação em Paulo Freire dialogam tão claramente. A proposta crítica de uma prática reflexiva permite que na formação de educadores seja possível perceber a prática educativa como busca do ser mais. Desta forma quando consideramos em Paulo Freire, a ideia da incompletude do ser (FREIRE, 2016), reforçamos a importância de abordarmos as discussões arqueológicas em torno da diversidade cultural e também fomentamos a abordagem da lei 11.645/08, refletindo sobre as identidades que construímos.

Tal ação leva em consideração que os sujeitos presentes nesta prática são seres ativos, em formação, e que constroem suas narrativas a partir do acesso ao conhecimento sobre as identidades culturais. Ao trazermos tal pensamento consideramos importante que

[...] conceber o aluno como sujeito histórico também implica sensibilizá-lo em relação às suas responsabilidades sociais, que tendem a crescer com o tempo. Para isso, é preciso que ele aprenda a respeitar o “outro”, com suas especificidades culturais e experiências de vida (FERMIANO; SANTOS, 2014, p.10).

Por fim, ressaltamos que ao discutirmos as possibilidades de visualizarmos a Arqueologia dentro dos processos educativos, temos em mente a práxis como a intervenção do educador na discussão acerca da diversidade cultural. É no posicionamento crítico do professor, no olhar atento e reflexivo do aluno que se fomenta a leitura do mundo, contada não mais por uma identidade cultural dominante, mas abrindo caminho para olhar as identidades culturais apagadas do processo histórico, estas identidades vistas como núcleos de resistência a um discurso homogeneizante.

É neste sentido que a leitura crítica da realidade, dando-se num processo de alfabetização ou não é associada sobretudo a certas práticas claramente políticas



de mobilização e de organização pode constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica (FREIRE, 1989, p.14).

Neste contexto, enfatizamos que tal prática aqui demonstrada é um dos caminhos possíveis de construção do trabalho entre Arqueologia e educação, e não podemos esquecer que:

Abordar tais questões significa promover a inserção da Arqueologia no plano da educação formal e não formal. Uma vez já tendo sido consolidada a consciência de que é preciso promover intensas discussões no plano teórico das pesquisas arqueológicas, torna-se caminho natural a promoção de trabalhos voltados para a patrimonialização do material arqueológico a partir de uma perspectiva crítica, ancorada nos ensinamentos da Arqueologia Pública (SCHIAVETTO et al, 2018).

Avaliamos o projeto acima apresentado como um dos caminhos que o grupo de pesquisa de Arqueologia em Educação visa como possibilidade de fomentar a formação dos docentes e discentes participantes do grupo. Este projeto é um dos recursos para o trabalho dos pesquisadores junto a novas propostas que o grupo desenvolve. Vale ressaltar que esta foi uma proposta para ser realizada durante um ano, com vistas a trazer subsídios para outras atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Memória, Cultura e Educação. Desta forma, é importante ressaltar que consideramos estarmos inseridos em um processo que traz o diálogo entre a academia e o “chão de escola”. Neste sentido, avaliar os impactos das atividades na comunidade escolar e acadêmica tornou-se um processo contínuo e levou em consideração a continuidade das atividades extensionistas na mesma escola em 2019, com o desenvolvimento de outro projeto, o projeto de extensão “História e Cultura do povo Kiriri do Rio Verde de Caldas” (SCHIAVETTO, RUELLAS, BERNARDES 2021).

CONCLUSÃO:

Chegamos ao final de nossas reflexões sobre as relações entre Arqueologia Pública, diversidade cultural e a abordagem freiriana e podemos chamar a atenção para alguns aspectos relevantes do caminho percorrido até aqui. É importante ressaltar que o projeto de extensão cujas principais ideias norteadoras foram aqui apresentadas nasceu e foi realizado no âmbito de uma faculdade de educação. Neste local, o curso de Pedagogia foi um importante catalizador para a participação de educadores capacitados a agir em espaços escolares e não escolares de forma que potencialize a construção dos futuros profissionais para uma prática social crítica e reflexiva.

No que se refere à diversidade cultural, chamar a atenção para um olhar crítico voltado para a nossa formação enquanto povo brasileiro é um dos caminhos. Este caminho, pautado pelo estudo da lei 11.645/08, conduz à percepção de que o engajamento em discussões sobre as culturas



indígenas e afro-brasileiras é uma forma de estreitar as relações dos brasileiros com o seu passado, levando à compreensão do complexo panorama étnico-cultural que forma as identidades brasileiras da atualidade. Com esta compreensão, torna-se um caminho possível para a abordagem dos diferentes patrimônios históricos e culturais que compõem o mosaico de nossa formação enquanto povo.

Ainda, as abordagens realizadas pelo projeto de extensão foco de nossas discussões buscam ressaltar a importância de se olhar para o passado com olhos críticos, visto que muita da nossa miopia com relação às reivindicações de maiorias excluídas, na atualidade, deve-se, em muitos casos, pelo simples fato de que não consideramos o histórico de espoliação, exclusão, privações e colonização sofrido por indígenas e afrodescendentes na história do Brasil. Retomar essas histórias plurais, desta vez vistas de outros ângulos, possibilita compreender que a sociedade brasileira é composta por diálogos culturais vivos e dinâmicos, desde o passado até os dias atuais.

Ao falarmos deste passado, entra em cena a Arqueologia Pública em seu modelo democrático. Com ela, podemos pensar em uma ciência pautada na diversidade e na proximidade com o público enquanto parte da sua construção identitária. Com esta concepção de conhecimento científico construído com o público, notamos a presença de um viés de discussão que valoriza todos os patrimônios históricos e culturais e que traz ponderações acerca da diversidade cultural, traçando paralelos com o projeto político pedagógico de Paulo Freire, autor central em nossas discussões neste artigo.

Os diferentes fazeres da Arqueologia Pública, além de contribuírem para gerar novos estudos e formar educadores conscientes da diversidade cultural existente no Brasil, também promovem um olhar atento ao que antes, nas versões mais positivistas de pesquisas arqueológicas, não era levado em consideração. Assim, os discursos das pessoas comuns e suas leituras sobre as “coisas” do passado são considerados um ponto de partida para novos significados ao patrimônio arqueológico. Conhecer para fazer sentido, dar sentido para valorizar.

Considerar os contextos, dialogar com o público, reconhecer seus elementos culturais e envolvê-lo na construção de sua história e cultura faz parte de um amplo e contínuo processo educativo que é dinâmico e dialético.

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza não apenas *saber que vivia*, mas *saber que sabia* e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 2001, p. 12).



O pensamento freiriano é permeado pela importância do contexto das histórias e da grande diversidade cultural com foco na autonomia dos sujeitos. A sua relação com propostas da Arqueologia Pública possibilita discursos sobre o passado que floresçam da terra cultivada pelos próprios atores sociais. As ideias freirianas contribuem para valorizar a heterogeneidade em espaços que geralmente são tidos como homogêneos. Tais ideias nos fazem concluir que a Arqueologia ganha muito ao se aproximar de discursos populares sobre a cultura material, pois nesses discursos reside o processo de transformação de cada cultura que compõe o mosaico de nossas identidades.

REFERÊNCIAS:

BEZERRA, Márcia. A urna bordada: artesanato e arqueologia na Amazônia contemporânea. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 15, n. 03, pag. 01-18, 2020.

BEZERRA, Márcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP, n.7, julho, pag. 107-122, 2013.

BEZERRA, Márcia. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan.- abr. 2011.

BRASIL. Lei 11.645/2008, de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003.

CARVALHO, Aline Vieira; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia Pública: as relações entre a academia e a sociedade. **História e-História**, v. 1, p. 1-15, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. Cultura e Imaginário. Editora Iluminuras/Fapesp, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 62ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: Ensaio**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época, vol. 23). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/politica_educacao.pdf. Acesso em: 2 de jun. de 2021.



FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 23.ed. São Paulo: Cortez, 1989. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 2 de jun. de 2021.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné Bissau:** Registros de uma experiência em processo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/4.-Cartas-%C3%A0-Guin%C3%A9-Bissau.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

FERMIANO, Maria Belintane; SANTOS, Adriane Santarosa dos. Os desafios do ensino de História. In: _____. **Ensino de História para o fundamental 1:** teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2014. pág. 9 - 23.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. **Ciência e Cultura.** São Paulo, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200010&lng=en&nrm=iso . Acesso em 11 de maio de 2021.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Mneme-revista de humanidades**, v. 6, n. 13, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia.** Porto, 41:23-32, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu.; GONZALEZ, Erika Marion Robráhn.. Ética, capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **História** (São Paulo), v. 27, p. 13-30, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade cultural e educação para todos.** Rio de Janeiro: Graal, 1992. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/2782>. Acesso em: 16 de jun. de 2021.

LIMA, Marjorie, SILVA, Maurício André, LIMA, Sílvia Cunha, CASSINO, Mariana Franco, TAMANAHA, Eduardo. Desafios das práticas arqueológicas e da preservação: dinâmicas socioculturais sobre e nos entornos dos sítios arqueológicos na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, Belém, 16(2), pag. 01-18, 2021.

PEROZA, Juliano. Reflexões sobre cultura e diversidade cultural em Paulo Freire: um humanismo crítico para a transculturalidade em educação. **Anais do Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, v. 29, 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3183/420>. Acesso em: 3 de jun. de 2021.

RAMIRO, Roberto Henrique; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira; BERNARDES, Adonias Santos; SILVA, Lucas Pereira da. **Ações educativas do projeto Arqueologia e Educação:** Questões de Diversidade no Ensino Fundamental I- Ações com os professores. In: 2º Congresso Nacional de Educação, 2018, Poços de Caldas. Anais do 2º congresso Nacional de Educação, 2018.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira; BERNARDES, Adonias, Santos; RUELLAS, Taciana Begalli de Oliveira. Educação e diversidade cultural: desenvolvimento do projeto de extensão "História e cultura do povo Kiriri do Rio Verde de Caldas". **Em Extensão**, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 30-43, jan.-jun. 2021.



SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira; BERNARDES, Adonias Santos.; MOREIRA, Jéssica Silva; SILVA, Lucas Pereira. **A Abordagem da Diversidade Cultural em Projetos de Pesquisa e Extensão da Uemg/Poços de Caldas.** In: 5º Congresso Nacional de Educação, 2021, Poços de Caldas. Anais do 5º congresso Nacional de Educação, 2021.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira.; RAMIRO, Roberto Henrique; CRUZ, Mariana de Fátima Silva; ARAUJO, Paloma Fernanda. **Antropologia e Educação:** a discussão da diversidade cultural em um curso de Pedagogia. In: Congresso Nacional de Educação - CONEDU, 2019, Fortaleza. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Editora Realize, 2019. v. 1.

SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira; CARVALHO, Thaís Ronsini de; ZANETTI, Gabriele Alípia; SILVA, Lucas Pereira; REIS, Luciana Garcia. **Arqueologia e educação:** possibilidades de estudos do passado da região de Poços de Caldas. In: 2º Congresso Nacional de Educação, 2018, Poços de Caldas. Anais do 2º Congresso Nacional de Educação, 2018. v. 1.